

Organizadores

Cláudio Novaes Pinto Coelho

Rosana de Lima Soares

PRODUTOS MUDIÁTICOS,
PRÁTICAS CULTURAIS E
RESISTÊNCIAS

1ª edição



São Paulo
2019

Organização

Cláudio Novaes Pinto Coelho
Rosana de Lima Soares

Produção e arte

Giulia Elisa Garcia de Souza
Simonetta Persichetti

Capa

iStock

Revisão

Cláudio Novaes Pinto Coelho
Rosana de Lima Soares

Projeto gráfico

Giulia Elisa Garcia de Souza

Diagramação

Giulia Elisa Garcia de Souza

Conselho editorial:

Carlos Sadano (Mackenzie)

Kátia Saisi (PUC-SP)

Mara Rovida (Uniso)

Deysi Cioccarri (PUC-SP)

Maria Ribeiro do Valle (Unesp)

Sandra Lucia Goulart (FCL)

Juremir Machado da Silva (PUC-RS)

Mônica Martinez (UNISO)

Regina Giora (MACK)

Ana Carolina Escosteguy (UFSM)

Roberto Mancuzo (Unoeste)

Paulo Boni (UEL)

Silas de Paula (UFC)

Jairo Getulio Ferreira (Unisinos)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicidade (CIP)

Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

P956

Produtos midiáticos, práticas culturais e resistências [recurso eletrônico] / organização Cláudio Novaes Pinto Coelho e Rosana de Lima Soares. – 1.ed. – São Paulo: Cásper Libero, 2019.

ISBN 978-85-88668-07-2
recurso digital : il.

1. Ação cultural. 2. Produtos midiáticos. 3. Cultura - Identidade.
4. Cultura – Narrativas. I. Coelho, Cláudio Novaes Pinto. II. Soares,
Rosana de Lima.

CDD 302.23

Bibliotecária responsável: Daniela Paulino Cruz Bissolato - CRB 8/6728

Editora Cásper Libero

Av. Paulista, 900 – CEP: 01310-000 – São Paulo/SP

Fone: (11) 3170-5841

monitoria@casperlibero.edu.br

ARTICULAÇÕES DISCURSIVAS EM TORNO DO EIXO IDENTITÁRIO GÊNERO/SEXUALIDADE EM CRÍTICAS DE OMBUDSMANS NA FOLHA DE S.PAULO

Nara Lya Cabral Scabin¹²⁷

INTRODUÇÃO

Em um contexto complexo de reestruturação das relações de produção, marcado pela emergência do capitalismo financeiro, disputas identitárias – como as ligadas ao debate em torno do *empoderamento* de minorias sociais e as subjacentes às polêmicas sobre o chamado “politicamente correto” – têm adquirido visibilidade no Brasil. Mas as discussões sobre tais temáticas ilustram um quadro mais amplo de rearticulações nos modos de fazer político tradicionais. Como aponta Hall (1994), a emergência das chamadas “políticas de identidade” são um fator decisivo nesse cenário, que devem ser entendidas à luz da “centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (HALL, 1997, p.23).

Construídas – mas nunca fixadas – culturalmente, as identidades constituem-se no interior das fronteiras que marcam as diferenças – lugares, como aponta Hall (1997), de potenciais contestações dos sentidos, isto é, de políticas de identidade. Quando os padrões de representações não são vividos, por diversos grupos sociais, como capazes de representá-los, podem emergir reivindicações de definições alternativas que proponham novos conjuntos de representações. Isso pode levar à con-

¹²⁷ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da USP (bolsista Capes), mestra em Ciências da Comunicação e bacharela em Jornalismo pela mesma instituição. Docente da Universidade Anhembi Morumbi (UAM). Integrante do MídiaTô – Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas (ECA-USP).

testação da autoridade cultural das representações já apresentadas e ao surgimento de um foco diferente de identificação – ou seja, uma nova “política de identidade” (HALL, 1997).

Esses dados participam do que Nancy Fraser (2006) denomina como um “novo imaginário político”, em que a luta por reconhecimento torna-se a forma paradigmática de conflito político. Essas demandas em nome do “reconhecimento da diferença” alimentam as lutas de grupos articulados em torno de eixos identitários, tais como etnia, gênero e sexualidade. Nestes conflitos “pós-socialistas”, segundo Fraser, “a dominação cultural suplanta a exploração como a injustiça fundamental. E o reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política” (FRASER, 2006, p.231).

Segundo Fraser (2006), lutas pelo reconhecimento caracterizam-se por buscar chamar a atenção para a especificidade de algum grupo – ou, nas palavras da autora, criar essa especificidade “performativamente” – a fim de afirmar seu valor. Assim, propostas afirmativas e transformativas, dentro do discurso político de reconhecimento e no âmbito do multiculturalismo, buscam compensar a discriminação e o desrespeito por meio da valorização das identidades discriminadas (propostas afirmativas) ou desconstruir oposições binárias e subverter a estrutura cultural-valorativa que se encontra na base da discriminação (propostas transformativas) (FRASER, 2006).

Uma importante força motriz dos deslocamentos epistemológicos que estão na base de tais reconfigurações políticas, epistemológicas e discursivas, segundo Stuart Hall, são os impactos do feminismo, “tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social” (HALL, 2005, p.27). Como parte dos “novos movimentos sociais” que emergem nos anos 1960, o feminismo favorece os deslocamentos no conhecimento e na ação política que se configuram na contemporaneidade porque, naquele momento, trouxe à tona questionamentos sobre a clássica divisão entre o “público” e o “privado” e enfatizou, como temática política e social, a forma como somos produzidos como sujeitos generificados,

politizando a subjetividade. Isso porque, embora tenha tido início como um movimento contestação da posição social da mulher, o feminismo logo abarcou também a discussão sobre a formação das identidades sexuais e de gênero.

Considerando esse cenário, a pesquisa de que nasce este capítulo busca refletir sobre como se constituem discursivamente alguns dos deslocamentos epistemológicos que marcam a contemporaneidade, com foco no campo da Comunicação e na produção jornalística. De modo mais específico, buscamos, na pesquisa que dá origem ao presente trabalho, compreender como são abordadas, em discursos jornalísticos de veículos brasileiros ditos “de referência”, pautas, políticas e disputas identitárias. No limite, trata-se de entender como o jornalismo insere-se em um debate fundamental da atualidade e como opera nos tensionamentos que se colocam aos discursos fundantes do *ethos* jornalístico tradicional e um imaginário político emergente nos dias de hoje.

Neste artigo, apresentamos um recorte dessas reflexões: a partir de levantamentos junto ao acervo online da *Folha de S.Paulo*, procuramos identificar se questões de gênero/sexualidade foram de algum modo invocadas pelos diversos *ombudsman* que já passaram pelo jornal como foco central de suas colunas ou como forma de discutir a produção jornalística do veículo. Pudemos localizar esse tipo de referência em alguns textos assinados pelos *ombudsmans*, sobretudo em anos mais recentes. Desse modo, buscamos também compreender como a discussão sobre pautas identitárias é articulada ao *ethos* que alimenta o jornalismo tradicional. Essa é uma questão relevante na medida em que indaga sobre os critérios utilizados para avaliar a produção jornalística nesse importante espaço de (auto)crítica do jornalismo.

O JORNALISMO ENTRE DISCURSIVIDADES: O CASO DA FOLHA

Para veículos jornalísticos como a *Folha de S.Paulo*, filiar sua imagem institucional aos princípios modernos da democracia, da república, da liberdade de expressão e da vigilância do poder significa reforçar o

imaginário do qual a imprensa se alimenta e, ao mesmo tempo, a partir do qual busca legitimar-se. Isso porque, como sabemos, o ideário do jornalismo moderno nasce em sintonia com o projeto de organização política e social da República, a partir da Revolução Francesa, e da democracia moderna.

Entra em questão, no *ethos* jornalístico, o papel de mediação assumido pela imprensa no debate público, sua função social e a filiação ao interesse público, o que justifica o exercício e a defesa da liberdade de expressão e de imprensa (BUCCI, 2009). As empresas jornalísticas, em geral, buscam atrelar esses princípios às suas imagens institucionais como forma de endossar a si mesmas como instituições da democracia. É preciso lembrar, ainda, que a perspectiva de democracia à qual o jornalismo em questão busca se filiar é a da democracia representativa moderna, baseada em princípios como o do cálculo da maioria e da necessidade de publicização do poder¹²⁸.

Sublinhamos esses aspectos porque eles evidenciam a existência de um contraste – ao menos, aparente – entre os valores e princípios que alimentam os pilares do jornalismo tradicional, enquanto instituição moderna, e o imaginário político contemporâneo, em que políticas, pautas e disputas identitárias têm alcançado papel central nos debates.

No caso da *Folha*, o jornal assumiu, desde os anos 1970, uma linha de atuação que buscava vincular a própria imagem da publicação aos ideais democráticos, “visando pressionar no sentido da ‘distensão’ e da ‘abertura’ do regime militar e lançando-se a seguir em campanha aberta pela Nacional Constituinte e pelas eleições diretas em todos os níveis” (SEVCENKO, 2000, p.9). Há pesquisas que mostram que a emergência da *Folha de S.Paulo* como um dos principais jornais do país, a partir de 1986, está vinculada à construção de uma “autoimagem” voltada à defesa da democracia, com base na “rememoração de um passado institucio-

¹²⁸ As perspectivas e impasses da democracia moderna são discutidos por Norberto Bobbio em *Futuro da democracia* (2000).

nal legitimador dos princípios de democracia e independência, constantemente reconstruído” (PIRES, 2007, p.311).

O ano de 1984 teve importância fundamental à consolidação da *Folha de S.Paulo* como a conhecemos hoje, com o posicionamento pró *Diretas-já* assumido pelo jornal e a implantação do *Projeto Folha*. O que estava em jogo, naquele momento, era a demarcação de um posicionamento do jornal enquanto defensor do projeto democrático que se buscava construir no país – o que significa falar na afirmação de um discurso acerca do próprio jornal e de sua inserção na sociedade.

No mesmo ano, ocorreu a implantação do *Projeto Folha*, fortemente influenciada pelo modelo adotado no jornal *USA Today*. Carlos Eduardo Lins da Silva, que participou da elaboração do projeto, reconhece, no livro *O adiantado da hora*, a influência exercida pelo jornalismo norte-americano sobre a *Folha*. Segundo Luiz Carlos Azenha, no prefácio à obra de Lins da Silva, dentre os princípios consagrados nos Estados Unidos que inspiraram o *Projeto Folha*, incluem-se aspectos de apresentação gráfica, a ênfase no papel de “cão de guarda” da imprensa, em sua vigilância do poder, a autocrítica pública (por meio da figura do *ombudsman*) e o estreitamento das relações com o mercado (AZENHA, 1991, p.16).

Adotado nos anos 1980, o *slogan* da *Folha*, utilizado até os dias de hoje, dá conta de resumir a imagem que a empresa buscava construir para si naquele momento: tratava-se, justamente, de consolidar o veículo como “um jornal a serviço do Brasil”. Ao lado da filiação a um ideário moderno sobre liberdade de expressão/imprensa e democracia, esse *slogan* permite-nos refletir sobre um aspecto importante da discursividade que alimenta o jornalismo: tendo se consolidado juntamente à formação dos Estados nacionais modernos, a imprensa vincula-se à ideia de nacionalidade como categoria identitária fundamental e mostra-se ligada a um princípio de universalismo.

São justamente esses fundamentos da modernidade, no entanto, que se revelam em fragmentação na pós-modernidade, como aponta Stuart Hall: “(...) o sujeito do iluminismo, visto como tendo uma identidade

fixa e estável, foi descentrado, resultando nas identidades abertas, contraditórias, inacabadas, fragmentadas, do sujeito pós-moderno” (HALL, 2005, p.46).

Por conseguinte, as culturas nacionais passam a ser cada vez mais vistas como “atravessadas por profundas divisões e diferenças internas, sendo unificadas apenas através do exercício de diferentes formas de poder cultural” (HALL, 2005, p.62). Renato Ortiz também se refere a esse processo, destacando a emergência do par antitético universalismo/diversidade:

(...) o Estado-nação é pensado como o lugar ideal para a realização do universal da modernidade (cidadania, democracia, liberdade). Entretanto, na situação atual, a conjunção entre nação e modernidade se cinde, a modernidade-mundo transborda as fronteiras do nacional (ORTIZ, 2015, p.29).

Nesse cenário, a diversidade emerge como emblema de nosso tempo (ORTIZ, 2015). Entender como a *Folha*, um jornal ainda ligado à nacionalidade como categoria identitária fundamental e a valores de democracia e liberdade que remetem ao universal da modernidade, adapta-se a um mundo marcado pelo desafio da diversidade torna-se uma questão pertinente. O que se observa, cada vez mais, é que o jornalismo tradicional tem buscado caminhos para se adequar a essas novas conjunções.

No caso da *Folha*, esse empenho parece se traduzir em alguns esforços recentes. O blog *#AgoraÉQueSãoElas* – “um espaço para mulheres em movimento”, como a própria página o apresenta –, criado em janeiro de 2016, parece figurar entre essas iniciativas. Acessível a partir do portal da *Folha de S.Paulo*, o blog é apresentado como “uma tribuna de muitas vozes femininas e feministas”. Além disso, o perfil do blog informa que seu objetivo é abordar “política, cotidiano e cultura narrados do ponto de vista feminino e feminista”¹²⁹. Diversas autoras, todas mulheres, produ-

¹²⁹ Cf: <<https://agoraquesaoelas.blogfolha.uol.com.br/perfil/>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

zem textos para a página, que nasceu a partir do movimento de mesmo que, em 2015, propôs que colunistas homens cedessem seus espaços a mulheres em jornais e blogs.

Outro exemplo é a criação, pela *Folha*, de uma editoria de “Diversidade”, em 5 de maio de 2019. Liderada por Paula Cesarino Costa, o objetivo da editoria, segundo o diretor de redação Sérgio Dávila, é analisar matérias já publicadas, verificando quais foram as fontes ouvidas (se, entre elas, havia apenas pessoas heterossexuais e brancas, por exemplo), sugerir fontes para novas pautas e incentivar a diversidade no processo de contratação de profissionais. Ainda segundo Dávila, a iniciativa visa a ampliar e favorecer a diversificação do público-leitor do jornal (*Folha de S.Paulo*, 28/04/2019, online), evidenciando que o encampamento de medidas como essas não se faz fora também de um cálculo mercadológico.

UMA PROBLEMÁTICA DISCURSIVA

Neste trabalho, entendemos a contemporaneidade como marcada pela emergência de uma topografia político-discursiva específica, que dá sustentação e contorno a reconfigurações epistemológicas, nos modos de constituição dos sujeitos políticos e, por conseguinte, formas de ação social e política.

Dessa compreensão decorre que a problemática que discutimos aqui é uma problemática, essencialmente, discursiva: para Foucault, o sujeito é uma construção engendrada, historicamente, pelas práticas discursivas e é no entrecruzamento entre discurso, sociedade e história que se dão as mudanças nos saberes e sua conseqüente articulação com os poderes. Assim, a história da subjetivação dos homens na cultura é constituída pelo próprio discurso; por conseguinte, a relação entre linguagem, história e sociedade está na base do pensamento de Foucault (GREGOLIN, 2006, p.55-59).

Nesse sentido, a noção de “discurso”, na obra de Foucault, tem um valor diferente daquele fixado no campo da Linguística. Na verdade, o objetivo do autor nunca foi estudar a “língua”, mas os próprios “discursos”. Para ele, o termo “discurso” diz respeito às regras e às práticas

que constroem representações sobre certos objetos e conceitos, definindo aquilo que se pode dizer sobre eles, em dado momento histórico.

O conceito de discurso, em Foucault, é fundamental não apenas ao entendimento da noção de formação discursiva e do modo de organização/aglutinação dos enunciados, como também tem importância central ao desenvolvimento da análise arqueológica, pois está ligado à descrição das práticas discursivas, da movimentação dos enunciados e, portanto, da constituição do “saber” (enquanto conjunto de elementos formado por práticas discursivas). É em uma visada arqueológica, portanto, que buscamos nos inserir: nossa proposta não deixa de ser a de identificar e caracterizar os discursos que engendram o “novo imaginário político” (FRASER, 2006) emergente na contemporaneidade que pontuamos anteriormente, entendido sobretudo a partir da emergência e centralidade de identitarismos no debate político.

Mas, como Foucault procura descrever grandes plataformas discursivas e persegue essencialmente a formação dos saberes, seu método arqueológico mostra-se muitas vezes pouco operacionável em uma pesquisa de dimensões mais modestas como esta e, embora as proposições do autor constituam nosso horizonte teórico mais amplo, devemos buscar diálogos com outros autores.

Assim, destacamos a proposta de análise discursiva de Dominique Maingueneau (2008), para quem, a fim de definir o sistema de restrições semânticas de uma formação discursiva (FD), é preciso “definir operadores de individuação”, filtros que fixam critérios que permitem distinguir certos textos como pertencendo a um discurso determinado. Esses operadores determinam o dizível de um campo discursivo por meio da incidência simultânea sobre universos intertextuais – espaços próprios de cada discurso em que se estabelecem relações, circulam actantes, apresentam-se textos e narrativas – e dispositivos retóricos disponíveis para a enunciação em um dado discurso.

Quando estudamos corpora formados por textos jornalísticos, dada a complexidade e o caráter híbrido que predomina nesse tipo de pro-

dução, torna-se particularmente relevante identificar as especificidades dos sistemas de restrições que regem as diversas formações discursivas representadas, traduzidas e mediadas pelos enunciados. A investigação desses sistemas de restrição, por sua vez, passa por procedimentos analíticos que focalizam – nos termos de Maingueneau (2008) – a semântica global dos discursos, isto é, consideram simultaneamente e de maneira integrada os diversos planos discursivos.

O autor defende que “um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus ‘planos’, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2008, p.75). Não obstante, dada a dimensão limitada deste artigo, privilegiaremos, em nossas reflexões sobre as colunas de *ombudsmans* da *Folha*, um dos planos discursivos destacados por Maingueneau. Em especial, focalizaremos o plano temático:

Uma noção como a de “tema” de um discurso é de manejo muito delicado, se se procura conferir-lhe um estatuto um pouco preciso. Pode-se utilizá-la em múltiplos níveis: microtemas de uma frase, de um parágrafo...; macrotemas de uma obra inteira, de muitas obras... Não é nosso propósito aqui refletir sobre essa noção em si mesma, e nos contentaremos com a definição mais vaga, “aquilo de que um discurso trata”, em qualquer nível que seja. Aliás, do ponto de vista de um sistema de restrições global, uma hierarquia dos temas não tem grande interesse: já que o conjunto da temática se desdobra a partir dele, sua ação é perceptível em todos os pontos do texto (MAINGUENEAU, 2008, p.81).

Essa escolha se mostra adequada e operacionalizável no pequeno espaço de que aqui dispomos quando se considera que o próprio levantamento dos textos de *ombudsmans* a serem analisados partiu de um recorte temático: todos eles tomam categorias identitárias ligadas a gênero

como eixo central de sua argumentação. Logo, a própria presença dessas colunas no jornal aparece como um dado significativo. Ao mesmo tempo, como veremos a seguir, é possível refinar essa reflexão: para Maingueneau (2008), o mais importante não é a simples identificação de um tema tratado por um discurso.

TRATAMENTOS SEMÂNTICOS DO TEMA “GÊNERO”

Em nosso levantamento, concentramo-nos no período de 24 de setembro de 1989 – data de início do mandato do primeiro *ombudsman* da *Folha*, Caio Túlio Costa – a 4 de maio de 2019 – data de término do mandato de Paula Cesarino Costa, último mandato completo de um *ombudsman* no jornal. Ao logo desse período, a *Folha* teve, ao todo, doze *ombudsmans*, sendo cinco mulheres e sete homens. Nesse intervalo, pudemos localizar pelo menos dezessete textos, publicados entre 1993 e 2018, assinados por seis autores(as), que, de algum modo, trazem a discussão sobre gênero como foco central.

Do total de colunas localizadas, metade foi assinada por Paula Cesarino Costa, que responde por textos publicados entre junho de 2016 e dezembro de 2018, sob os títulos (do mais antigo ao mais recente): “A cultura do estupro no jornal”, “Falta diversidade”, “A queda do poderoso machão”, “Dia dos pais, sem filhos”, “Gênero é uma lente sobre o mundo”, diz editora em função pioneira”, “Com o assédio na mira”, “Beijos fora do lugar” e “Barreiras jornalísticas represam investigações importantes sobre assédio”. Quatro textos foram escritos por Suzana Singer e veiculados em 2011 e 2014 (em ordem cronológica, “Mamãe, eu quero polemizar”, “Milagre da multiplicação dos gays”, “Abuso sexual: erros e acertos” e “Pesquisa sexy”), e dois, publicados em 2007, são de autoria de Mário Magalhães (“O jornalismo bipolar e os gays” e “No jornalismo, a morte é masculina”). Além desses, há um texto de 2004 assinado por Marcelo Beraba (“Imprensa, gênero masculino”), um de 1995 escrito por Marcelo Leite (“Top models, topless, top quarks”) e um de 1993 de autoria de Mario Vitor Santos (“A ‘polêmica das saias’”).

Desde um primeiro momento, considerando esse olhar panorâmico sobre a incidência dos textos levantados, é possível traçar conexões com a proposta de análise discursiva que aqui empreendemos. Isso porque a identificação do aumento da presença de um determinado tema dentre textos em um dado momento histórico – em nosso caso, o crescimento da frequência de colunas de *ombudsmans* da *Folha* que discutem questões de gênero em anos recentes – parece ser, por si só, um dado significativo.

Considerando as restrições discursivas globais de que trata Maingueneau (2008), é plausível considerar que a discussão sobre gênero torna-se mais frequente e assume um papel mais central em discursos circulantes como efeito da emergência de uma formação discursiva que privilegia questões e pautas identitárias no debate político. É nos anos mais recentes, sobretudo, que o discurso produzido no âmbito dessa FD parece ser incorporado, paulatinamente, ao campo jornalístico – ao menos se consideramos o espaço destinado ao *ombudsman*.

Ao lado dessa percepção, é possível apontar também mudanças no tratamento semântico conferido à temática “gênero” ao longo dos anos. A coluna de Mario Vitor dos Santos para o jornal em 27 de junho de 1993 é representativa de como o tema aparece entre os textos mais antigos de nosso *corpus*. Assim começa a argumentação do autor:

Vem bem a calhar a chamada “polêmica das saias”, criada a partir de uma coluna na página 1-2 do diretor-executivo da Sucursal de Brasília, Josias de Souza. O assunto, na verdade, foi trazido ao debate por uma decisão do congresso do PT, segundo a qual o partido deveria reservar 30% de seus postos de direção para serem ocupados por mulheres (SANTOS, 1993).

O autor prossegue discutindo a atenção e o enquadramento conferidos pelo jornal a tudo o que possuía relação com o PT – reflexão que ocupa a maior parte do texto. Ao abordar a referida polêmica aberta por Josias de Souza – a própria alcunha “polêmica das saias” indica que a baixa repre-

sentatividade de mulheres em diversas áreas era vista de forma caricata –, afirma que as ações afirmativas que teriam inspirado o PT na proposta em questão seriam uma importação dos Estados Unidos. Vale observar, ainda, que, a todo momento, o autor não se debruça sobre a especificidade da categoria “gênero”: ao tratar de ações afirmativas, por exemplo, refere-se a medidas voltadas a reduzir a estrutura discriminatória de modo geral ou enfatizando a questão racial, sobretudo quando cita o contexto estadunidense.

O autor segue destrinchando a polêmica, até que, no 9º parágrafo, cita as reações registradas no Painel do Leitor contra a defesa de Josias de Souza de um assim referido “critério de eficiência”. Entre os críticos do jornalista, o *ombudsman* dá conta de que Fábio Conder Comparato manifestou-se defendendo a ampliação da participação de mulheres em cargos de direção em geral, inclusive, no jornalismo.

Será, então, apenas no 10º parágrafo (o antepenúltimo do texto) que Santos esboça a possibilidade de uma crítica ao jornalismo a partir da temática de gênero. Ainda assim, trata a baixa presença de mulheres em cargos de liderança em redações dentro da chave da representatividade de minorias em geral e apresenta a possibilidade de adoção de políticas afirmativas como uma questão a se pensar:

Não é exagero dizer que as mulheres ainda ascendem nas redações com mais lentidão do que os homens, ou seja, que em condições de igualdade a prioridade é em geral dada aos profissionais do sexo masculino. Quanto aos negros, nem dizer. Assim, é melhor pensar. Quem sabe, dessa vez aquilo que é bom para os EUA não ajude também a melhorar o jornalismo do Brasil (SANTOS, 1993).

Na impossibilidade de analisar individualmente todos os dezessete textos coletados, optamos por pontuar aspectos marcantes de alguns deles que indicam tendências mais amplas observadas no *corpus* como um todo. Em especial, observamos duas tendências principais no enquadra-

mento da categoria “gênero”, as quais gostaríamos de contrastar. A coluna de Mario Vitor Santos ilustra bem a primeira dessas duas tendências, predominante nos anos 1990.

A coluna “Top models, topless, top quarks”, de 5 de março de 1995, assinada por Marcelo Leite, apresenta um tratamento similar para o tema. Aqui, o *ombudsman* trata da exposição do corpo feminino na imprensa, conduzindo uma linha argumentativa que critica a imprensa como praça pública que incentiva um “novo comércio de mulheres”. Mas o texto não se destina exatamente a discutir o direito das mulheres; na verdade, a crítica do autor não se baseia em uma chave identitária, mas sim, na denúncia da suscetibilidade do jornalismo às pressões do mercado.

O autor prossegue lamentando o que classifica como um efeito da “violência impregnada na sociedade brasileira”: o assassinato e suposto estupro de uma turista dinamarquesa, durante o carnaval. Novamente aqui, a análise do *ombudsman* não baseia sua análise em um corte de gênero: o caso é sintoma de um problema nacional. E mais: entre a “mercantilização de corpos femininos” denunciada e o episódio do estupro, não aponta mais do que uma relação de trágica coincidência:

Diante desse quadro de engano trágico, um jornalista que não esteja completamente obliterado deveria perguntar-se sobre o que, em seu trabalho, contribui para melhorar ou piorar esse estado de coisas, em que os corpos de algumas mulheres valem tanto e a vida de outras, tão pouco (LEITE, 1995).

Por outro lado, não é difícil encontrar exemplos que evidenciem a segunda – e mais recente – tendência em termos de tratamento semântico da temática “gênero” entre as colunas analisadas. Todos os textos da *ombudsman* Paula Cesarino Costa cumprem essa função. Até mesmo alguns de seus títulos – como “A cultura do estupro no jornal”, “Barreiras jornalísticas representam investigações importantes sobre assédio” e “‘Gênero é uma lente sobre o mundo’, afirma editora em função pio-

neira” – ilustram a existência de um contraste: em anos mais recentes, os textos, quando abordam a temática “gênero”, deixam de fazê-lo de modo colateral e passam a apresentar essa categoria como chave para a crítica jornalística, articulando-a a critérios e valores fundamentais desse campo.

Na coluna “Beijos fora de lugar”, de 12 de agosto de 2018, Costa cita críticas enviadas por leitores sobre uma reportagem que, ao tratar do assassinato de uma policial, teria narrado de modo contestável as ações da vítima antes do crime. A autora, então, faz um questionamento significativo:

O leitor Bruno Lages afirmou que o texto cria uma relação implícita de causa e efeito: se a mulher não tivesse dançado e beijado, talvez não tivesse sido morta. “Os desdobramentos não ditos são funestos: mulher que dança e beija talvez tenha parte da culpa na própria morte.” Se fosse homem, o texto publicado seria igual? (COSTA, 12/08/2018, online).

Ainda segundo a autora, embora justificável e relevante como pauta, a matéria passou, em seu resultado final, “mensagem equivocada na construção jornalística ambígua, popularesca e sexualizada com que noticiou os atos da policial antes do crime”, de modo que “o caso deveria aprofundar a discussão sobre gênero nas Redações”. A conclusão da *ombudsman* – de que a maioria das editoras e repórteres mulheres não permitira a veiculação de uma reportagem como aquela –, se comparada à coluna de 1993 de Mário Vitor Santos que citamos anteriormente, é exemplar da mudança no tratamento semântico que parece-nos emergir dos textos analisados ao longo dos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal hipótese que levantamos a partir da leitura das colunas de *ombudsman* da *Folha* assenta-se sobre a ideia de que o tratamento semântico do tema “gênero” muda nesses textos ao longo dos anos. Para melhor esclarecer essa hipótese, consideramos “gênero” um tema que se impõe ao campo jornalístico, mas que não é, nas palavras de Maingueneau (2008), “específico”. Seguindo a terminologia empregada pelo

autor, o que pretendemos dizer é que o estatuto do tema em questão no discurso jornalístico parece passar do de um “tema incompatível” para o de um “tema compatível”, já que torna-se cada vez mais convergente em relação ao sistema de restrições do jornalismo.

Por definição, os temas que não são impostos pelo campo discursivo podem estar ausentes de um discurso, mas aqueles que são impostos podem estar presentes de maneiras muito variadas: um tema imposto que é dificilmente compatível com o sistema de restrições globais será integrado, mas marginalmente, enquanto um tema imposto fortemente ligado a esse sistema será hipertrofiado (MAINGUENEAU, 2008, p. 83).

Em outras palavras, o tema “gênero”, na maioria dos textos mais antigos de nossos achados, é encampado como um tema “marginal”, já que estaríamos diante de uma imposição temática operando dentro do campo jornalístico, mas com pouca afinidade com o sistema de restrições global que rege o próprio jornalismo como discurso.

Com o passar dos anos, porém, o tema “gênero” parece assumir um papel mais central dentro das colunas, tornando-se inclusive um elemento articulador das críticas propostas – e não apenas um aspecto colateral ou pretexto a partir do qual se avalia a produção jornalística com base em critérios outros. Em suma, o que parece ocorrer é que a temática em questão parece demonstrar cada vez mais afinidade com o sistema de restrições global próprio do jornalismo.

Uma possível explicação para essa ocorrência é que o próprio sistema de restrições global em que se assenta o discurso jornalístico esteja passando por transformações (reais ou performativizadas) em seus níveis de organização fundamentais – hipótese a ser discutida de modo mais aprofundado em trabalhos futuros. Vale lembrar, nesse sentido, que o espaço do *ombudsman* não representa a posição institucional do jornal. Ainda assim, consideramos tratar-se de um espaço privilegiado para o tipo de análise que aqui esboçamos: além de representarem uma espécie de “termômetro” de visões críticas altamente legitimadas sobre o jornalismo e desempenharem papel de certo modo “regulatório” de práticas

jornalísticas, os textos dos *ombudsmans* destacam-se como espaço privilegiado de interface, negociação e diálogo com discursos circulantes na esfera da recepção.

REFERÊNCIAS

AZENHA, L. C. “Apresentação”. In: LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991, pp. 13-17.

BUCCI, E. A imprensa e o dever da liberdade: a independência editorial e suas fronteiras com a indústria do entretenimento, as fontes, os governos, os corporativismos, o poder econômico e as ONGs. São Paulo: Contexto, 2009.

COSTA, P. C. Beijos fora do lugar. Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 de agosto 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/08/beijos-fora-do-lugar.shtml>>. Acesso em: 30 de jun. 2019.

FOLHA DE S. PAULO. Folha cria editorial com missão de estimular diversidade em reportagens. Folha de S. Paulo, São Paulo, 28 de abril de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/04/folha-cria-editoria-com-missao-de-estimular-diversidade-em-reportagens.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

FRASER, N. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista”. Trad. Julio Assis Simões. Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, pp. 231-239, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GREGOLIN, M. R. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

HALL, S. “Some ‘politically incorrect’ pathways through PC”. In: DUNANT, S. (ed.). The war of the words: the political correctness debate. London: Virago, 1994, pp. 164-183. Disponível em: <<http://www.ram-wan.net/restrepo/hall/some%20politically%20incorrect%20pathways.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

_____. “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. Trad. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. *Educação & Realidade*, 22(2), pp. 15-46, jul./dez.1997. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

LEITE, M. Top models, topless, top quarks. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 de março de 1995. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleiteombudsman/1995/03/1520811-top-models-topless-top-quarks.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

ORTIZ, Renato. *Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo*. São Paulo: Boitempo, 2015.

PIRES, E. M. “Imprensa, ditadura e democracia: a construção da auto-imagem dos jornais do Grupo Folha (1978/2004)”. *Projeto História* (n.º 35). São Paulo: PUC-SP, dez/2007, pp. 305-313. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2224/1325>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SANTOS, M. V. A “polêmica das saias”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27 e junho de 1993. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mariovitorsantos/1993/06/1521611-a-polemica-das-saias.shtml>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SEVCENKO, N. “O rosto do mundo”. In: *FOLHA DE S. PAULO*. Primeira página. 5ed. São Paulo: Publifolha, 2000, pp. 9-11.